

Participación política y derechos humanos, una cuestión de género en la escuela

■ POLITICAL PARTICIPATION AND HUMAN RIGHTS, A MATTER OF GENDER AT SCHOOL

■ PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, DIREITOS HUMANOS E A QUESTÃO DE GÊNERO NA ESCOLA

Tânia Suely Antonelli Marcelino*/ tamb@marilia.unesp.br

Resumen

Este texto trae consideraciones respecto de una investigación que se está desarrollando en escuelas públicas Marília (SP). El objetivo es observar cómo la democracia es experimentada en la existencia cotidiana de vida escolar y cómo los derechos humanos y la cuestión de género aparecen en las relaciones sociales y en su proyecto político-pedagógico. Se supone que la educación democrática sólo se concretará en la escuela si dos dimensiones de la educación escolar son trabajadas: la escuela como locus de participación democrática y los estudios basados en la ética y los derechos humanos, que no podrán descartar la cuestión del género. Hemos elaborado que la educación para la ciudadanía no puede descartar la ciudadanía política, además de los derechos humanos y cuestiones de género, de lo contrario, no niños y niñas sensibles a ellos.

Summary

This text contains considerations about an investigation that will be made at public schools in Marília (SP). The goal is to find how Democracy is experienced in daily school's life and how the human rights and the matter of gender appear in their social relationships and political and pedagogical project. Theoretically, democratic education will only materialize at school when two dimensions get addressed: school as democratic participation locus, and ethics and human rights' issue, not dismissing gender as a topic. We have realized that education for citizenship, cannot obviate political citizenship, or human rights and gender case, otherwise children will not be sensitive to them.

Resumo

Este texto traz considerações a respeito de uma pesquisa que está sendo desenvolvida em escolas públicas de Marília (SP). Tem como objetivo observar como a democracia é vivenciada no cotidiano da escola e como direitos humanos e a questão de gênero aparecem nas relações sociais e no seu projeto político pedagógico. Temos como pressuposto que a educação democrática só se concretizará na escola se duas dimensões da educação escolar forem trabalhadas: a escola como locus de participação democrática e o currículo baseado na ética e nos direitos humanos, que não poderá descartar a questão de gênero. Concebemos que a educação para a cidadania não pode descartar a cidadania política, além dos direitos humanos e as questões de gênero, senão, não formará meninos e meninas sensíveis a eles.

Palabras clave

Participación política, derechos humanos y la cuestión del género en la escuela

Key words

Political participation, human rights and gender in school

Palavras chave

Participação política na escola. Direitos humanos na escola. Educação e relações sociais de gênero

* Doctora Departamento de Administración y Supervisión escolar de la Facultad de Filosofía y Ciencias. Universidad Estadual Paulista –UNESP– Campus de Marília –S.P.

Fecha de recepción: 22 de mayo de 2010 / Fecha de aprobación: 14 de octubre de 2010

Introdução:

O presente texto reflete sobre a constituição da identidade de meninos e meninas no processo de socialização formal, enfatizando a questão do currículo e das possibilidades de aprendizado de participação política no cotidiano escolar. A discussão parte de constatações feitas a partir de pesquisa realizada em escolas públicas da rede estadual de ensino da cidade de Marília (SP-Brasil). Destaca que a educação para a cidadania plena se concretizará se a escola não descartar a formação para a cidadania política, que pressupõe estudar e viver no cotidiano a democracia. Nessa perspectiva, o projeto político pedagógico da escola deve contemplar, também, os direitos humanos e a questão de gênero.

A educação para a cidadania constitui-se num direito contemplado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e é um dever do poder público, da família, da escola e da sociedade em geral, promovê-la. Acrescente-se também que a questão da cidadania política é um tema que tem motivado estudos por ser um pressuposto para a consolidação e aprofundamento da democracia.

Como afirma Ferreira (2005), em estudo no qual analisou a participação política dos jovens em vários países da Europa, a necessidade da formação de “verdadeiros cidadãos” tornou a educação para a cidadania, numa questão central na agenda política das sociedades europeias. O autor demonstrou que os níveis de participação juvenil estão desigualmente distribuídos. Nas regiões mais prósperas, nas quais há a existência de “capital social, tradições cívicas e de um sentimento de integração política” o nível de participação é maior. Nos países onde as sociedades civis “se revelam mais débeis ou que apresentam défices importantes no que respeita à confiança interpessoal, ao interesse pela ‘coisa pública’ ou à satisfação com a democracia”, a participação é menor quando se deveria concebê-la como uma necessidade para a “revitalização da sociedade civil”

Não aprofundaremos nesse texto as importantes questões abordadas por Ferreira (2005), contudo, seu estudo mostra que a problemática, aqui brevemente discutida, é uma necessidade em todas as sociedades democrá-

Introducción

El presente texto trata sobre la construcción de identidad de los niños y las niñas en el proceso de socialización formal, haciendo énfasis en la cuestión del currículo y de las posibilidades de aprendizaje de participación política en la cotidianidad escolar. La discusión parte de constataciones hechas a partir de una investigación realizada en las escuelas públicas de la red estatal de enseñanza de la ciudad de Marília (SP-Brasil). Resalta que, si la escuela pretende lograr la formación de la ciudadanía plena, no debe descartar la formación para la ciudadanía política, que presupone estudiar y vivir la democracia en la cotidianidad. Desde esa perspectiva, el proyecto político pedagógico de la escuela debe contemplar, además, los derechos humanos y la cuestión de género.

La educación para la ciudadanía se constituye en un derecho contemplado en la Constitución de la República Federativa de Brasil de 1988 y en la Ley de Directrices y Bases de Educación Nacional y es un deber del poder público, de la familia, de la escuela y de la sociedad en general, promoverla. Además, la cuestión de la ciudadanía política es un tema que ha motivado estudios ya que constituye un requisito para la consolidación y profundización de la democracia.

Como afirma Ferreira (2005) en un estudio en el cual analizó la participación política de los jóvenes en varios países de Europa, la necesidad de formación de “verdadeiros ciudadanos” hizo de la educación para la ciudadanía una cuestión central en la agenda política de las sociedades europeas. El autor demostró que los niveles de participación juvenil están distribuidos desigualmente. En las regiones más prósperas, en las cuales hay “capital social, tradiciones cívicas y un sentimiento de integración política”, el nivel de participación es mayor. En los países donde las sociedades civiles “se muestran más débiles o presentan déficits importantes en lo que respecta a la confianza interpersonal, al interés por la “cosa pública” o a la satisfacción con la democracia”, la participación es menor, y en ellos debería concebirse como una necesidad para la “revitalización de la sociedad civil”.

No profundizaremos en este texto sobre las importantes cuestiones abordadas por Ferreira (2005), aún así, su estudio muestra que la problemática brevemente discu-

ticas, naquelas que almejam a democracia vivenciada plenamente. Conforme afirma, a participação política é necessária para o desenvolvimento da própria sociedade. Se as afirmações do autor são válidas para países nos quais há garantias de direitos, o que dizer sobre o caso brasileiro onde o aviltamento a direitos básicos é uma realidade? As constatações de Ferreira (2005) nos levam a reafirmar que, embora a educação não seja a única responsável pela transformação da sociedade, tem um papel essencial na formação de verdadeiros cidadãos e cidadãs. Portanto, as observações do autor se aplicam também ao caso brasileiro e reforçam que as questões discutidas nesse texto devem ser vistas pela escola como uma responsabilidade urgente na atualidade.

Introduzidas as considerações e motivações para esse estudo, iniciaremos a reflexão mostrando algumas questões que são invisíveis nas propostas curriculares das escolas e quais são os fatores que interferem para o não desenvolvimento de um projeto que contemple a problemática a que esse texto se refere, em síntese, a cidadania igualitária para meninos e meninas. Num segundo momento, mostraremos o que se constatou no cotidiano das escolas.

Primeiras falas

A Constituição de 1988 representa um marco para sociedade brasileira, pois a cidadania é definida como um dos princípios básicos da vida, onde o cidadão possa exercer seu papel na construção da democracia social. Nesta perspectiva, as instituições, como as escolas, e os atores sociais precisam estar comprometidos com a formação cidadã. Sendo assim, a formação cidadã deveria ser uma das preocupações primordiais da escola.

Conforme Gadotti (2001), a cidadania é concebida na atualidade, como a consciência de direitos e deveres da democracia. Para isso, a escola deve propiciar um ensino de qualidade, buscando a formação de cidadãos e cidadãs livres, conscientes, democráticos e participativos. Ainda segundo o autor, um cidadão e uma cidadã críticos, criativos, capazes de avaliar suas condições sociais, econômicas, dimensionar sua participação histórica, reconstruir suas práticas e participar decisivamente da sociedade e da economia.

tida aquí, es una necesidad en todas las sociedades que anhelan vivir la democracia plenamente. Como afirma, la participación política es necesaria para el desarrollo de la propia sociedad. Si las afirmaciones del autor son válidas para países en los cuales hay garantías de derechos, qué decir sobre el caso brasileiro donde el desprecio a los derechos humanos es una realidad. Las constataciones de Ferreira (2005) nos llevan a reafirmar que, aunque la educación no sea la única responsable de la transformación de la sociedad, tiene un papel esencial en la formación de verdaderos ciudadanos y ciudadanas. Por lo tanto, las observaciones del autor se aplican también al caso brasileiro y refuerzan el hecho de que las cuestiones discutidas en ese texto deben ser vistas por la escuela como una responsabilidad urgente en la actualidad.

Ya introducidas las consideraciones y motivaciones para ese estudio, iniciaremos la reflexión mostrando algunas temáticas que son invisibles en las propuestas curriculares de las escuelas y cuáles son los factores que interfieren en el desarrollo de un proyecto que contemple la problemática a la que hace referencia el texto: la ciudadanía igualitaria para niños y niñas. En un segundo momento, mostraremos qué se constató en la cotidianidad de las escuelas.

Primeras intervenciones

La Constitución de 1988 representa un marco para la sociedad brasileira, pues la ciudadanía es definida como uno de los principios básicos de la vida, de modo que el ciudadano pueda ejercer su papel en la construcción de la democracia social. En esta perspectiva, las instituciones, como las escuelas y los actores sociales, necesitan estar comprometidos con la formación ciudadana. Siendo así, la formación ciudadana debería ser una de las preocupaciones primordiales de la escuela.

Como afirma Gadotti (2001), la ciudadanía es concebida en la actualidad como la conciencia de derechos y deberes dentro de la democracia. Para eso, la escuela debe propiciar una enseñanza de calidad, buscando la formación de ciudadanos y ciudadanas libres, conscientes, democráticos y participativos. Además, según el autor, un ciudadano y una ciudadana críticos deberían ser creativos, capaces de evaluar sus condiciones sociales y económicas, dimensionar su participación histórica, reconstruir sus prácticas y participar decisivamente en la sociedad y en la economía.

A escola deve, ainda, resgatar o poder político da população na elaboração de valores sociais calcados na emancipação humana e na vontade democrática. Este projeto só poderá ser realizado por meio da escola baseada na democracia, assumindo a implantação de uma gestão mais participativa, pressupondo que seus alunos, professores e pais tenham a capacidade de participar efetivamente do processo de formulação de ações pertinentes para o ensino de qualidade e para a resolução de problemas.

A educação escolar além de ensinar o conhecimento científico, deve preparar as crianças e jovens para a cidadania. Isso demanda uma reflexão que possibilite compreender as raízes históricas da situação de desigualdade e exclusão que vive boa parte da população bem como os condicionantes históricos e políticos de constituição da sociedade brasileira, que dificultam a concretização da democracia.

É preciso lembrar que, na democracia participativa, conforme a concebemos na atualidade, qualquer pessoa, independentemente de raça/etnia, sexo, condição social ou religião, deve participar dos assuntos da comunidade. A participação é o primeiro passo para consolidar uma democracia capaz de garantir os direitos de todos e todas.

A escola não pode preparar para a democracia a não ser que também seja democrática. Não há como ensinar a democracia por meio do autoritarismo. Tampouco pode ser uma possibilidade para uma elite de privilegiados. Além do mais, é preciso que ela seja vivenciada na vida em todos os âmbitos: da família, da rua, do bairro, da cidade, da escola e no próprio país. Conforme é estabelecido na Constituição Federal de 1988, e na legislação complementar, inclusive as educacionais, a participação é, ainda, um direito estendido a todos sem critérios de sexo, idade, etnia, credo ou condição social.

Ainda conforme os autores mencionados, a resignação e o medo da participação são resultados da cultura autoritária, que perpassa nossa história e da forma como nossa política foi organizada instalando-se na cultura brasileira na qual encontramos o cidadão e a cidadã limitados, dependentes, passivos.

Nos últimos anos, uma outra cultura vem surgindo, inaugurada pelos movimentos sociais, é a cultura democrática, a cultura da participação. Na nossa História recente, o Brasil passou por movimentos amplos

La escuela debe, además, rescatar el poder político de la población en la elaboración de valores sociales representados en la emancipación humana y en la voluntad democrática. Este proyecto sólo podrá ser realizado por medio de la escuela basada en la democracia, asumiendo la implementación de una gestión más participativa, presuponiendo que sus alumnos, profesores y padres de familia tengan la capacidad de participar efectivamente en el proceso de formulación de acciones pertinentes para la enseñanza de calidad y para la resolución de problemas.

La educación escolar, además de enseñar el conocimiento científico, debe preparar a los niños y jóvenes para la ciudadanía, lo cual hace necesaria una reflexión que posibilite comprender las raíces históricas de la situación de desigualdad y exclusión que vive buena parte de la población, así como los condicionamientos históricos y políticos de la constitución de la sociedad brasilera, que dificultan la concretización de la democracia.

Es necesario recordar que, en la democracia participativa, conforme la concebimos en la actualidad, cualquier persona, independientemente de la raza/etnia, sexo, condición social o religión, debe participar en los asuntos de la comunidad. La participación es el primer paso para consolidar una democracia capaz de garantizar los derechos de todos y todas.

La escuela no puede preparar para la democracia a no ser que también sea democrática. Es imposible enseñar la democracia por medio del autoritarismo ni puede constituirse en una posibilidad sólo para una élite de privilegiados.

Según los autores mencionados, la resignación y el miedo a la participación son resultado de la cultura autoritaria que atraviesa nuestra historia y da forma a nuestra organización política, instalándose en la cultura brasilera, en la cual encontramos el ciudadano y la ciudadana limitados, dependientes, pasivos.

En los últimos años, otra cultura viene surgiendo, instaurada por los movimientos sociales; es la cultura democrática, la cultura de la participación. La influencia de la ciudadanía se amplió con la participación de la sociedad en la elaboración de la constitución de 1988; por primera vez en nuestra historia la sociedad participó activamente en la elaboración de la nueva Constitución a través de seminarios, debates públicos y propuestas de enmiendas populares que recogieron millones de firmas por todo el país.

de participação da cidadania, como é o caso da luta contra a ditadura militar, pelo fim da anistia política, pelas Diretas Já. A cidadania também ampliou-se, com a participação da sociedade na elaboração da Constituição de 1988; pela primeira vez em nossa história a sociedade participou ativamente da elaboração da nova Constituição através de seminários, debates públicos, propostas de emendas populares que colheram milhões de assinaturas por todo o País.

É importante destacar que muitos outros movimentos sociais vêm se desenvolvendo no Brasil, em diferentes níveis e momentos de nossa vida política e cultural. Sendo assim, é possível ensinar tendo como exemplos os movimentos sociais além de buscar formas de participação social que ajudem na construção de uma cidadania, constituídas de pessoas ativas, conscientes de seus deveres e comprometidas com a conquista dos direitos humanos.

Promover espaços participativos é educar para a vida. Somente assim será possível o respeito e a valorização das diferenças, o reconhecimento de o outro ou a outra são, também *sujeitos de direitos*. Isso é um desafio e um compromisso da escola para a formação de uma sociedade democrática, justa, igualitária e solidária.

Acrescente-se, também, no que diz respeito aos direitos humanos, o que Mondaini (2006) aponta, que a partir dos anos de 1960 e 1970, os agrupamentos sociais tradicionalmente excluídos da História oficial, a do homem ocidental, branco e heterossexual, as mulheres, os negros, os homossexuais etc, vêm ao espaço público reivindicar direitos. Assim, os direitos humanos, na atualidade, chegam à dupla luta em nome de direitos até então negados às minorias excluídas ao longo da história, na verdade, é uma luta dos movimentos sociais pela extensão da democracia para todos.

Nesse contexto histórico, no qual mais recentemente, foram empreendidas reformas educacionais que têm como pressuposto a gestão democrática, o respeito aos direitos humanos e a formação para a cidadania, torna-se importante analisar quais os fatores que dificultam, dentro da escola pública, a concretização dessas políticas voltadas para a democracia pois não se pode desconsiderar que todo o avanço da educação escolar foi conseguido pelas lutas que tinham como meta uma concepção democrática de sociedade, que pressupõe respeito aos direitos humanos e a promoção da igualdade de oportunidades para homens e mulheres.

Es importante destacar que muchos otros movimientos sociales vienen desarrollándose en Brasil, en diferentes niveles y momentos de nuestra vida política y cultural. De esta manera, es posible enseñar teniendo como ejemplos los movimientos sociales, además de buscar formas de participación social que ayudan en la construcción de una ciudadanía, constituida por personas activas, conscientes de sus deberes y comprometidas con la conquista de los derechos humanos.

Promover espacios participativos es educar para la vida. Sólo así será posible el respeto y la valoración de las diferencias, el reconocimiento de que el otro o la otra son también *sujetos de derechos*. Esto es un desafío y un compromiso de la escuela para la formación de una sociedad democrática, justa, igualitaria y solidaria.

Es de anotar, también, lo que dice Mondaini (2006) respecto a los derechos humanos, que a partir de los años 1960 y 1970, los grupos sociales tradicionalmente excluidos de la Historia oficial, la del hombre occidental, blanco y heterosexual, las mujeres, los negros, los homosexuales, etc., aparecieron en el espacio público para reivindicar sus derechos.

En ese contexto histórico, en el cual recientemente fueron emprendidas reformas educativas que tienen como presupuesto la gestión democrática, el respeto a los derechos humanos y la formación para la ciudadanía, toma importancia analizar qué factores dificultan, dentro de la escuela pública, la materialización de esas políticas enfocadas desde la democracia pues no se puede dejar de considerar que todo el avance de la educación escolar fue conseguido gracias a las luchas que tenían como meta la concepción democrática de la sociedad, que presupone respeto a los derechos humanos y la promoción de la igualdad de oportunidades para hombres y mujeres.

Derechos humanos cuestión de género: silencio de la escuela y en la escuela

En el siglo XX se dieron importantes discusiones y se implementaron Programas de Derechos Humanos que contemplaban el derecho a la participación, al trabajo, a la libertad, a la educación, a la salud y a una vida digna. Justamente cuando se aspira a la consolidación de una sociedad democrática, se observa que, a pesar de que existieron compromisos registrados en documentos, éstos no se llevaban a la práctica en la realidad.

Direitos humanos, participação e a questão de gênero: silêncio da história e na escola

No século XX ocorreram as discussões e implantação de Programas de Direitos Humanos contemplando o direito à participação, ao trabalho, à liberdade, à educação, à saúde e a uma vida digna. Justamente quando se aspira à consolidação de uma sociedade democrática, observa-se que apesar de existirem os compromissos registrados em documentos, estes não são efetivados na realidade. Democracia significa *derechos e igualdad* para todos, no entanto, tem-se sociedades profundamente marcadas pelas desigualdades sociais o que evidencia que existem democracias formais e não reais. Como afirma Benevides (2007, p.4):

[...] nas sociedades democráticas do mundo desenvolvido, a idéia, a prática, a defesa e a promoção dos direitos humanos de uma certa maneira, já estão incorporadas à vida política. Já se incorporaram no elenco de valores de um povo, de uma nação. Mas, pelo contrário, é justamente nos países que mais violam os direitos humanos, nas sociedades que são mais marcadas pela discriminação, pelo preconceito e pelas mais variadas formas de racismo e intolerância, que a idéia de direitos humanos permanece ambígua e deturpada.

O fato de se falar em *derechos e cidadania* e de se ter leis que os garantam, não é condição suficiente para que os tenhamos respeitados e vivenciados na vida cotidiana, estes são, por vezes, violados. Tal realidade demanda participação da sociedade civil e políticas públicas para efetivá-los.

O reconhecimento e conscientização sobre os valores fundamentais da democracia: a *liberdade* e a *igualdade* é essencial para que homens e mulheres tenham consciência cívica e política que leve à participação na busca de uma sociedade efetivamente democrática. É necessário que cada cidadão e cada cidadã se vejam como atores e construtores de sua história, como sujeitos com *direito a ter direitos*.

Este aprendizado tem na escola o seu *locus* ideal, tanto para as crianças e jovens quanto para pais, mães e comunidade em geral, pois, conforme Mosca e Aguirre (1990, p. 25) afirmam,

Democracia significa *derechos e igualdad* para todos, sin embargo, existen sociedades profundamente marcadas por las desigualdades sociales lo que evidencia que existen democracias formales y no reales. Como afirma Benevides (2007, p.4):

(...) en las sociedades democráticas del mundo desarrollado, la idea, la práctica, la defensa y la promoción de los derechos humanos de cierta manera, ya están incorporados en la vida política. Ya se incorporaron en el elenco de valores de un pueblo, de una nación. Pero, por el contrario, es justamente en los países que más violan los derechos humanos, en las sociedades que son más marcadas por la discriminación, por el pre-concepto y por las variadas formas de racismo e intolerancia, donde la idea de los derechos humanos permanece ambigua y desvirtuada.

El hecho de hablar de *derechos y ciudadanía* y de tener leyes que los garantizan, no es la condición suficiente para que sean respetados y experimentados en la vida cotidiana, éstos son, a veces, violados. El cambio de esta realidad hace necesaria la participación de la sociedad civil y políticas públicas para hacerlos efectivos.

El reconocimiento y la concientización de los valores fundamentales de la democracia, la *libertad* y la *igualdad*, son esenciales para que los hombres y las mujeres tengan conciencia cívica y política, que lleve a la participación en la búsqueda de una sociedad efectivamente democrática. Es necesario que cada ciudadano y cada ciudadana se sientan actores y constructores de su historia, como sujetos con *derecho a tener derechos*.

Este aprendizaje tiene en la escuela su lugar ideal, tanto para los niños y jóvenes como para los padres, madres y la comunidad en general, pues según Mosca y Aguirre (1990, p. 25):

(...) padres de familia, profesores, educadores, animadores de grupo, militantes, etc., se convierten en agentes pedagógicos en la medida en que practican los derechos del Hombre. Estos no son los derechos aprendidos de memoria sino llevados a la práctica.

La escuela *puede llegar* a ser el lugar ideal para el aprendizaje de la ciudadanía si, además de proporcionar una enseñanza de calidad, que forme al ciudadano y a la ciudadana críticos y actuantes, se convierte en el lugar donde las relaciones, la participación y la enseñanza

[...] pais de família, professores, educadores, animadores de grupos, militantes etc., convertem-se em agentes pedagógicos na própria medida em que praticam os direitos do Homem. Eles não são aprendidos 'de cor', mas praticados. Caso contrário, morrem e desaparecem na consciência da humanidade.

A escola pode vir a ser o *locus* ideal para o aprendizado da cidadania se, além de proporcionar um ensino com qualidade, que forme o cidadão e a cidadã críticos e atuantes, torne-se um local onde as relações, a participação e o ensino sejam pautados pelos valores humanos e relações de gênero igualitárias, objetivando a democracia.

No que se refere à questão de gênero, uma das primeiras dificuldades para mudanças na realidade das escolas é que a escola pública tem sido entendida como um local onde a educação oferecida é igual para ambos os sexos. A participação política, historicamente, também foi concebida não como um exercício de cidadania mas como um *perigo* para a ordem e a disciplina que a escola impõe para ambos os sexos, contudo, é com relação às meninas que os *bons comportamentos* são mais esperados. Por *bom comportamento*, podemos entender, aceitação, submissão e alienação. E, além disso, a História oficial sempre valorizou os grandes feitos realizados pelos homens na humanidade, o papel das mulheres foi invisível aos olhos dos historiadores. Essa história só passou a ser desvelada e conhecida quando as feministas resgataram o papel das mulheres, sempre presentes na História da humanidade, contudo, este não fez parte dos livros escolares.

Um exemplo da história recente do país não considerado é a participação do movimento feminista no processo de redemocratização da sociedade brasileira e no seu papel político de *democratização da democracia* quando saíram no espaço público para reivindicar seus direitos. Considera-se especificamente o Estado de São Paulo, no qual o movimento feminista teve um importante papel político na década de 1980. Foi um momento especial porque a Escola Pública Paulista também sofreu transformações que objetivavam sua democratização. Dentre as mudanças, a questão da mulher na sociedade foi amplamente debatida tanto junto ao Governo do Estado, culminando com a criação dos Conselhos da Condição Feminina, das Delegacias de Defesa da Mulher, quanto junto às escolas da rede estadual. Demonstraram que a

sean pautadas por los valores humanos y relaciones de género igualitarias, objetivando la democracia.

En lo que respecta al asunto de género, una de las primeras dificultades para los cambios en la realidad de las escuelas es que la escuela pública ha sido entendida como un lugar donde la educación ofrecida es igual para ambos sexos.

La participación política, históricamente, también fue concebida, no como un ejercicio de ciudadanía sino como un *peligro* para el orden y la disciplina que la escuela impone para ambos sexos, aún así, los *buenos comportamientos* son más esperados por parte de las niñas. Por *buen comportamiento*, podemos entender, aceptación, sumisión y alienación. Y, además de eso, la Historia oficial siempre valoró los grandes logros obtenidos por los hombres; el papel de las mujeres fue invisible a los ojos de los historiadores. Esa historia sólo se descubrió y se conoció cuando las feministas rescataron el papel de las mujeres, siempre presentes en la Historia de la humanidad, aún así, no hizo parte de los textos escolares.

Un ejemplo no considerado de la historia reciente del país es la participación del movimiento feminista en el proceso de redemocratización de la sociedad brasilera y en el papel político de la *democratización de la democracia* cuando salieron al espacio público para reivindicar sus derechos. Se considera, específicamente, el Estado de Sao Paulo, como el lugar en el cual el movimiento feminista tuvo un importante papel político en la década de 1980. Fue un momento especial porque en él la Escuela Pública Paulista sufrió transformaciones que motivaron su democracia. Dentro de los cambios, la participación de la mujer en la sociedad fue ampliamente debatida tanto por el Gobierno de Estado (culminando con la creación de los Consejos de la Condición Femenina, de las Delegaciones de Defensa de la Mujer), como por las escuelas de la red estatal. Demostraron que la educación formal e informal reforzaba el preconcepto de inferioridad femenina, estableciendo papeles diferenciados para ambos sexos. En el ámbito escolar mostraron el preconcepto presente en el libro didáctico, en el currículo y el silencio de la escuela con relación a la cuestión de la mujer en la sociedad brasilera, temas que han sido objeto de estudio hasta la actualidad.

En aquel momento, las mujeres tuvieron una participación activa contribuyendo a la redemocratización del

educação informal e formal reforçava o preconceito, a inferioridade feminina, estabelecendo papéis diferenciados para ambos os sexos. No âmbito escolar mostraram o preconceito presente no livro didático, no currículo e o silêncio da escola com relação à questão da mulher na sociedade brasileira, questões que têm sido objeto de estudos até a atualidade.

Naquele momento, as mulheres tiveram uma participação ativa contribuindo para a redemocratização do país, processo esse iniciado na década de 1970, quando em pleno regime militar saíram às ruas na campanha pela anistia, contra a violência, contra a carestia, e, posteriormente, pelas eleições diretas, culminando com a eleição de algumas mulheres para a Assembleia Legislativa. O número de eleitas não foi expressivo, 5%, mas, o efeito pedagógico do processo foi positivo pois além de trazer à luz os problemas das mulheres, foram incorporados na Constituição de 1988, temas importantes para a vida das mulheres brasileiras e para a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Através de *formas novas e ousadas* de interlocução com o Estado elas reivindicavam não só direitos mas um espaço público de negociação. Rompendo com o autoritarismo, inauguraram uma nova forma de fazer política, uma forma democrática de reivindicação de direitos.

Passaram a agir contra as decisões do poder. Sua ação orientou-se para a construção de um novo espaço público do qual elas também fizeram parte. Questionaram as omissões dos sindicatos, das associações de classe, a discriminação difundida pela imprensa e ensino, buscando alterações profundas dentro da estrutura sindical, da organização político-partidária e das próprias leis que regem os direitos civis. Entretanto, não obstante a importância desse papel político, a escola permanece em silêncio com relação a esta questão.

Quanto à possibilidade de participação política, também nesse momento, na Escola Pública Paulista, como proposta de governo democrático, foram concebidos os Conselhos de Escola como órgãos de natureza consultiva e deliberativa, incentivo às Associações de Pais e Mestres e à criação dos Grêmios Estudantis. Um amplo debate sobre o papel da mulher na sociedade foi empreendido, resultando numa publicação, enviada a todas as escolas, que trazia o resultado do debate e indicações de publicações para a continuidade da iniciativa. Mas este não constou das propostas educacionais dos governos posteriores, não teve continuidade.

país, proceso iniciado en la década de 1970, cuando en pleno régimen militar ellas salieron a las calles en la campaña por la amnistía, contra la violencia, contra la carestía y, posteriormente, por las elecciones directas, culminando con la elección de algunas mujeres para la Asamblea Legislativa. El número de elegidas no fue representativo, 5%, pero, el efecto pedagógico del proceso fue positivo pues, además de sacar a la luz los problemas de las mujeres, fueron incorporados en la Constitución de 1988, temas importantes para la vida de las mujeres brasileras y para la igualdad de derechos entre hombres y mujeres.

A través de *nuevas y osadas formas* de interlocución con el Estado, ellas reivindicaron no sólo sus derechos sino un espacio público de negociación. Rompiendo con el autoritarismo, inauguraron una nueva forma de hacer política, una forma democrática de reivindicación de derechos.

Pasaron a actuar en contra de las decisiones de poder. Su acción se orientó hacia la construcción de un nuevo espacio público del cual ellas también hicieron parte. Cuestionaron su falta de presencia en los sindicatos, en las diversas asociaciones, la discriminación difundida por los medios y la educación, buscando cambios profundos dentro de la estructura sindical, de la organización político-partidaria y de las propias leyes que rigen los derechos civiles. Mientras tanto, no obstante la importancia de ese papel político, la escuela permaneció en silencio en relación con este asunto.

En cuanto a la posibilidad de participación política en la Escuela Pública Paulista, como propuesta de gobierno democrático, fueron concebidos los Consejos de Escuela como órganos de naturaleza consultiva y deliberativa y se incentivó su participación en las Asociaciones de Padres y Maestros y la creación de los Grêmios Estudiantiles. Se emprendió un amplio debate sobre el papel de la mujer en la sociedad, del cual surgió una publicación, enviada a todas las escuelas, que contenía las conclusiones del debate y se daban indicaciones para la continuidad de la iniciativa. Desafortunadamente, esta publicación no fue incluida en las propuestas educativas de los gobiernos posteriores y no tuvo continuidad.

En cuanto a la gestión escolar, la implementación de tales mecanismos de participación en las Unidades Escolares, que tenían como objetivo la inclusión y participación de todos, funcionarios, profesores, alumnos, padres y comunidad, fueron vistos con recelo y

No que se refere à gestão escolar, a implantação de tais mecanismos de participação nas Unidades Escolares, que tinham como objetivo o envolvimento e participação de todos, funcionários, professores, alunos, pais e comunidade foram vistos com receio, não chegaram a ser efetivamente vivenciados nas escolas. Pode-se afirmar que a cultura democrática ainda hoje é um projeto não concluído tanto na escola pública quanto na sociedade em geral, embora há indícios de mudanças. Segundo Gentili (1990, p.25), isto se deu devido ao contexto no qual as reformas democratizadoras começaram a ser implantadas:

Foi neste contexto que começaram a expandir-se –no começo dos anos 80– as demandas democratizadoras no campo educacional. E, na verdade, elas tiveram vida curta. Foi como se, ao dissipar-se a euforia democratizadora do primeiro período pós-ditatorial, houvessem sido anuladas todas aquelas referências à necessária democratização de nossos sistemas de ensino. Em questão de uma década, ‘democratizar a educação’ deixou de ser o eixo que devia nortear as políticas públicas do setor para constituir um tema ausente, esquecido ou –se pretendemos ser mais precisos– silenciado, no cenário político latino-americano. [...].

Não aprofundaremos aqui esta questão, mas, o relato do autor mostra que tal omissão representou um ônus tanto para a participação cidadã, que começaria na escola, quanto para a possibilidade de novas formas de relações democráticas de gênero.

A afirmação de Frigotto (1999, p.85) vem reforçar a importância do papel da escola para o exercício da cidadania “[...] a educação e mais amplamente a formação humana enquanto práticas constituídas pelas relações sociais não avançam de forma arbitrária, mas necessária e orgânica com o conjunto das práticas sociais fundamentais”.

Neste sentido, considera-se que a educação (não só ela) não cumpriu efetivamente o seu papel para a transformação das relações sociais, ao contrário, continuou em grande parte reforçando valores que discriminam a mulher. Aquela momento de reflexão sobre as injustiças sociais das quais as mulheres ainda eram vítimas, na década de 1980, conforme mencionado, não teve continuidade.

no llegaron a ser efectivamente experimentados en las escuelas. Se puede afirmar que la cultura democrática, inclusive hoy en día, es un proyecto inconcluso tanto en la escuela pública como en la sociedad en general, sin embargo hay indicios de cambios. Según Gentili (1990, p.25), esto se debió al contexto en el cual las reformas democratizadoras comenzaron a ser implantadas:

Fue en este contexto donde comenzaron a expandirse –en el inicio de los años 80– las demandas democratizadoras en el campo educativo. Y, la verdad, ellas tuvieron vida corta. Fue como si, al disiparse la euforia democratizadora del primer periodo pos-dictatorial, hubiesen sido anuladas todas aquellas referencias a la necesaria democratización de nuestros sistemas de enseñanza. En cuestión de una década, “democratizar la educación” dejó de ser el eje que debía dirigir las políticas públicas del sector para constituir un tema ausente, olvidado o –si pretendemos ser más precisos– silenciado, en el escenario político latino-americano (...).

No profundizaremos aquí en este asunto, pero, el relato del autor muestra que tal omisión representó una carga tanto para la participación ciudadana, que comenzaría en la escuela, como para la posibilidad de nuevas formas de relaciones democráticas de género.

La afirmación de Frigotto (1999, p.85) viene a reforzar la importancia del papel de la escuela en el ejercicio de la ciudadanía “[...] la educación, y más ampliamente la formación humana en cuanto prácticas constituídas por las relaciones sociales, no avanzan de forma arbitraria sino de forma necesaria y de acuerdo con el conjunto de prácticas sociales y fundamentales”.

En este sentido, se considera que la educación (y no sólo ella) no cumplió efectivamente su papel para la transformación de relaciones sociales, por el contrario, continuó en gran parte reforzado por los valores que discriminan a la mujer. Aquel momento de reflexión sobre las injusticias sociales de las cuales las mujeres todavía eran víctimas, en la década de 1980, como se mencionó, no tuvo continuidad.

Direitos humanos, participação e gênero na escola: avanços e desafios nos anos de 1990 à atualidade

Após a Constituinte e a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, nos anos de 1990, respondendo às necessidades da sociedade e coerentes com os princípios democráticos, no Estado de São Paulo, medidas foram tomadas em termos legais e organizacionais para as escolas públicas, algumas delas iniciadas no período anterior. A democracia e a cidadania são reafirmadas, a cidadania ativa passou a ser a meta, portanto, a participação deveria ser incentivada. Assim, além da reorganização das escolas estaduais paulistas, as Normas Regimentais Básicas reafirmaram a gestão democrática e a necessidade de participação. Projetos sobre Direitos Humanos foram desenvolvidos nas escolas, solicitados pela Secretaria Estadual da Educação. Com relação à questão de gênero nenhuma mudança, as atividades relacionadas a essa temática resultaram de ações isoladas nas escolas, não houve capacitação acerca desse tema para os/as professores/as. Mesmo com os Parâmetros Curriculares Nacionais abordando a questão de gênero, o que pode ser considerado um avanço, observamos que esse tema não era visto como importante para os/as educadores/as na escola. Segundo Vianna, Unbehau (2004, p.39), nos Parâmetros, “as questões de gênero aparecem, evidenciando zelo e cuidado com muitos dos aspectos relativos aos significados e às implicações de gênero nas relações e nos conteúdos escolares”. Além disso, trazem como eixo central da educação escolar o exercício da cidadania e inovam ao apresentar “a inclusão de temas que visam resgatar a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, a participação ativa na sociedade e a co-responsabilidade pela vida social”.

Apesar dos avanços, no que se refere à questão específica da mulher, chegamos ao ano de 2005 com conquistas, dentre elas: a evolução nas leis, garantia constitucional, maior visibilidade com relação à problemática da mulher e mudanças nos costumes. Entretanto, fazendo um rápido balanço sobre a atualidade, pode-se afirmar que algumas situações denunciadas pelas feministas desde aquela época, ainda persistem: a violência, tanto na vida privada quanto pública, desnível salarial (embora muitas vezes mais qualificadas), várias jornadas de trabalho (incluindo o trabalho doméstico), ainda por resolver a questão dos direitos reprodutivos, entre outros.

Derechos humanos, participación y género en la escuela: avances y desafíos de 1990 a la actualidad

Después de la Constituyente y la promulgación de la Constitución de la República Federativa de Brasil en 1988, en los años de 1990, respondiendo a las necesidades de la sociedad y coherentes con los principios democráticos, en el Estado de Sao Paulo, fueron tomadas medidas legales y organizacionales en las escuelas públicas, algunas de ellas iniciadas en el periodo anterior. La democracia y la ciudadanía se reafirman, la *ciudadanía activa* pasó a ser la meta, por lo tanto, la participación debía ser incentivada. Así, además de la reorganización de las escuelas estatales paulistas, las Normas Reglamentarias Básicas reafirmaron la gestión democrática y la necesidad de participación. Proyectos sobre Derechos Humanos fueron desarrollados en las escuelas, solicitados por la Secretaría Estatal de Educación. Con relación al asunto de género, no sucedió ningún cambio; las actividades relacionadas con esa temática resultaron acciones aisladas en las escuelas, no hubo capacitación acerca de ese tema para los/las profesores/as. Lo mismo pasó con los Parámetros Curriculares Nacionales que abordaron el tema de género, lo que puede ser considerado como un avance, sin embargo, observamos que ese tema no era visto como importante por los/las educadores/as en la escuela. Según Vianna, Unbehau (2004, p.39), en los Parámetros, “los asuntos de género aparecen con evidente celo y cuidado en muchos de los aspectos relativos a los significados y a las implicaciones de género en las relaciones y en los contenidos sociales”. Además de eso, traen como eje central la educación escolar, el ejercicio de la ciudadanía e innovan al presentar “la inclusión de los temas que se enfocan en rescatar la dignidad de la persona humana, la igualdad de los derechos, la participación activa en la sociedad y la co-responsabilidad por la vida social”.

A pesar de los avances, en lo que respecta al asunto específico de la mujer, llegamos al año 2005 con conquistas. Entre ellas: la evolución en las leyes, garantía constitucional, mayor visibilidad con relación a la problemática de la mujer y cambios en las costumbres. Mientras tanto, haciendo un rápido balance sobre la actualidad, se puede afirmar que algunas situaciones denunciadas por las feministas desde aquella época, todavía persisten: la violencia, tanto en la vida privada como pública, el desnivel salarial (a pesar de que muchas veces las mujeres son

Torcedor de robots que emiten discursos de Churchill y Kennedy, Nam June Paik (Seul, Corea, 1932 - Miami, U.S.A., 2006) se encontraba viendo por televisión la llegada del hombre a la luna cuando un gran relámpago lo dejó ciego por tres días. Al recobrar la vista, su lucidez no tuvo límites. Produjo continuamente obras maestras y ganó la Copa Marcel Duchamp el 13 de Julio de 2010 en las playas de Swan.



Mesmo atuando ativamente na democratização do país, nos anos de 1970 e de 1980, e, cada vez mais em todas as instâncias da sociedade, pesquisas mostram que os postos de comando e o poder político, ainda são redutos masculinos. Os movimentos femininos de qualquer tendência, no âmbito internacional, ressaltam ainda hoje a necessidade de uma ação política mais intensa das mulheres pois esta está em descompasso com a participação da mulher na sociedade. É importante apontar que esses problemas ocorrem na sociedade e se refletem nas escolas mas ainda não aparecem no currículo, há um desconhecimento sobre o que significa gênero e, com relação aos direitos humanos ainda se apresenta uma visão distorcida por parte dos/as educadores/as.

Além da questão de gênero, que não mais foi debatida e incluída nos conteúdos, os mecanismos de participação na escola, uma nova forma de ensinar e uma administração que estimulasse a participação para além da escola ainda hoje são recebidos com resistência por algumas escolas. Embora esse projeto não garanta mudanças, acredita-se que ao vivenciar a democracia e assimilar os valores de *igualdade, liberdade, direitos*, as pessoas passariam a se ver como *sujeitos com direito a ter direitos* e entenderiam que o seu papel como cidadão e cidadã é essencial para a consolidação democrática.

Os projetos sobre Direitos Humanos também não tiveram continuidade e, no nosso entender, são projetos que deveriam ser desenvolvidos a longo prazo para que mudanças nos comportamentos e nas mentalidades pudessem ocorrer. Alguns professores/as têm dificuldades para trabalhar os temas que os PCNs contemplam, o que demanda mudanças nos cursos de formação e, também, a educação continuada para que os/as professores/as que estão em serviço se capacitem para as mudanças curriculares e metodológicas necessárias a esse processo de ensino aprendizagem.

No que se refere à participação podemos observar que, com relação aos alunos e alunas, ela acontece principalmente no Grêmios Estudantil, e, quando a escola incentiva e apóia essa participação, há um aprendizado político para ambos os sexos, pois aprendem o diálogo democrático, a pensar a realidade e as necessidades da escola e até do bairro no qual vivem, conforme podemos constatar, contudo, não é realidade em todas as escolas. Constatamos também que há um

más calificadas), varias jornadas de trabajo (incluyendo el trabajo doméstico) y, todavía por resolver, el asunto de los derechos reproductivos, entre otros.

Así se haya actuado activamente en la democratización del país en los años 1970 y 1980, y, cada vez más, en todas las instancias de la sociedad, investigaciones mostraron que los puestos de comando y el poder político, siguen siendo exclusivamente masculinos. Los movimientos femeninos de cualquier tendencia, en el ámbito internacional, todavía reclaman la necesidad de una acción política más intensamente participativa de las mujeres pues está en desventaja en relación con los hombres. Es importante anotar que esos problemas ocurren en la sociedad y se reflejan en las escuelas, pero todavía no aparecen en el currículo, hay un desconocimiento sobre lo que significa género y, con relación a los derechos humanos, todavía se presenta una visión distorsionada por parte de los/las educadores/as.

Además de la cuestión de género, que sólo fue debatida e incluida en los contenidos, los mecanismos de participación en la escuela, una nueva forma de enseñar y una administración que estimule la participación para más allá de la escuela, todavía son recibidos con resistencia por parte de algunas escuelas. Sin embargo, ese proyecto no garantiza cambios, se creyó que al experimentar la democracia y asimilar los valores de la *igualdad, libertad, derechos*, las personas pasarían a ser *sujetos con derecho a tener derechos* y entenderían que su papel como ciudadano y ciudadana es esencial para la consolidación democrática.

Los proyectos sobre Derechos Humanos tampoco tuvieron continuidad y, desde nuestro punto de vista, son proyectos que deberían ser desarrollados a largo plazo para que los cambios en los comportamientos y en las mentalidades puedan ocurrir. Algunos profesores/as tienen dificultades para trabajar los temas que los PCNs contemplam, lo que necesita cambios en los cursos de formación y, también en la educación continuada para que los/las profesores/as que están en servicio se capaciten para los cambios curriculares y metodologías necesarias para ese proyecto de enseñanza-aprendizaje.

En lo que respecta a la participación podemos observar que, con relación a alumnos y alumnas, ésta acontece principalmente en el Gremio Estudiantil y, cuando la escuela incentiva y apoya esa participación, hay un aprendizaje político para ambos sexos, pues aprenden a dialogar democráticamente, a pensar la realidad y las necesidades

distanciamento entre o Grêmio, a Associação de Pais e Mestres e o Conselho de Escola, esses órgãos não têm um trabalho integrado. Há que se destacar que, na escola em questão, são desenvolvidos projetos que envolvem várias disciplinas e têm contribuído para a formação da cidadania.

Nas reflexões acerca das possibilidades de efetivação da democracia na sociedade e nas escolas, não se pode deixar de considerar que convivem: o ideal de democracia e o projeto neoliberal em curso. Isso demanda que a questão da participação na sociedade e na escola seja vista com responsabilidade pelas pessoas que têm como ideal a consolidação da democracia pois, conforme Coraggio (1992, p.52):

O fácil consenso acerca da necessidade e oportunidade de descentralizar os estados nacionais oculta a oposição entre a proposta neoliberal e a proposta democratizante. Torna-se necessário clarear os sentidos possíveis das ações no contexto da descentralização inevitável, à busca de uma ativa participação dos grupos e organizações populares na vida pública estatal.

Apple (1999, p.185) ainda acrescenta que:

A visão do neoliberalismo é a de um Estado fraco. Uma sociedade que deixa a 'mão invisível' do livre mercado guiar todos os aspectos de suas formas de interação social é vista ao mesmo tempo como eficiente e democrática. Por outro lado, o neoconservadorismo é guiado por uma visão do Estado forte em certas áreas, especialmente em relação às políticas do corpo e das relações de gênero e raça, aos padrões, valores e condutas e em relação a qual conhecimento deve ser transmitido às futuras gerações [...].

Pelas colocações feitas, observa-se que o debate sobre a participação da sociedade civil e sobre novas formas de relações sociais na escola nas quais direitos humanos e a questão de gênero deve ser contemplada é uma necessidade na sociedade atual. Não se esgota nesse texto o debate sobre a temática, num momento histórico em que há o desrespeito aos direitos humanos seja no âmbito nacional ou internacional. Alguns pontos foram colocados para reflexão pois, se nos anos de 1980 não havia uma política educacional para o país que contemplasse os direitos humanos, a questão de gênero e a cidadania política, hoje a temos, resta

de la escuela y hasta las del barrio en el que viven. Según pudimos constatar, aún así, no es una realidad en todas las escuelas. Constatamos también que hay un distanciamiento entre el Gremio, la Asociación de Padres y Maestros y el Consejo de la Escuela, órganos que no tienen un trabajo integrado. Hay que destacar que, en la escuela en cuestión, se desarrollan proyectos que abarcan varias disciplinas y han contribuido a la formación de la ciudadanía.

En las reflexiones acerca de las posibilidades de hacer efectiva la democracia en la sociedad y en las escuelas, no se puede dejar de considerar que convivem: el ideal de la democracia y el proyecto neoliberal en curso. Se necesita que el tema de la participación en la sociedad y en la escuela sea visto con responsabilidad por parte de las personas que tienen como ideal la consolidación de la democracia pues, según Coraggio (1992, p.52):

El fácil consenso acerca de la necesidad y oportunidad de descentralizar los estados nacionales, oculta la oposición entre la propuesta neoliberal y la propuesta democratizante. Se hace necesario clarificar los sentidos posibles de las acciones en el contexto de la descentralización inevitable, la búsqueda de una participación activa de los grupos y organizaciones populares en la vida pública estadual.

Apple (1999, p.185) agrega que:

La visión de neoliberalismo es la de un Estado débil. Una sociedad que deja a la "mano invisible" del libre mercado guiar todos los aspectos de sus formas de interacción social es vista, al mismo tiempo, como eficiente y democrática. Por otro lado, el neoconservatismo es guiado por una visión de Estado fuerte en ciertas áreas, especialmente en relación con las políticas de cuerpo y de las relaciones de género y raza, los patrones, valores y conductas referentes al conocimiento que debe ser transmitido a las futuras generaciones (...).

De acuerdo con las ideas expuestas anteriormente, se observa que el debate sobre la participación de la sociedad civil y sobre nuevas formas de relaciones sociales en la escuela en las que los derechos humanos y la cuestión de género deben ser tenidos en cuenta, es una necesidad en la sociedad actual. No se agota en este texto el debate sobre la temática, en un momento histórico en el que existe la falta de respeto a los derechos humanos, bien sea en el ámbito nacional o internacional. Algunos puntos fueron expuestos para la reflexión, pues, si en los

saber até que ponto o poder público e as escolas farão acontecer essa educação.

Considerações finais

Na sociedade atual, globalizada, há necessidade de se rever e investir, nas cidades e nas escolas, na cultura de participação pois ela não ocorre naturalmente mas num processo orgânico e contínuo de estímulo à participação cidadã. As reformas do Estado, implementadas nas últimas décadas, que trouxeram em seu bojo a descentralização da administração pública e, nesta, a municipalização do ensino, exigem a capacidade de mobilização e organização da população no sentido de participar da gestão pública e escolar efetiva e continuamente, para que possa ocorrer o que Ferreira (2005) sugere, que a intervenção no espaço público possa tornar-se condição para o desenvolvimento das sociedades democráticas.

Relembrando Maccariello (2008), as mudanças do mundo atual requerem da escola o repensar das ações direcionadas a reconstruir o processo pedagógico diante de realidades altamente desafiadoras e complexas, ou seja, de uma escola centrada nos princípios do iluminismo, no qual a escola era vista como via da ascensão social, para uma escola que necessita responder, criticamente, aos desafios da atual fase do capitalismo global. Com avanços tecnológicos e científicos incríveis mas com incríveis processos de exclusão, violência e desigualdade principalmente para aqueles e aquelas que têm na escola uma das únicas armas para a transformação de sua vida e da que a sociedade requer.

Se a escola pública, tanto estadual quanto municipal, objetivar formar realmente para a cidadania plena, ativa, estará revendo seu papel e empreendendo esforços para a transformação. Visará a formação política para meninas e meninos, funcionários, professores/as, pais e mães, para a comunidade em geral. Contemplará em seu projeto político pedagógico os direitos humanos e a questão de gênero, investindo na cidadania política para ambos os sexos. Se continuar o círculo vicioso que ainda não se rompeu, provavelmente, estaremos inaugurando um *despotismo ou coronelismo do século XXI*, sob o manto da democracia e, ainda, estaremos sendo coniventes com uma educação que discrimina, inferioriza e contribui para a violência e a intolerância.

años de 1980 no había una política educativa para el país que contemplase los derechos humanos, el asunto de género y la ciudadanía política, hoy la tenemos, queda por saber hasta qué punto el poder político público y las escuelas harán posible esa educación.

Consideraciones finales

En la sociedad actual, globalizada, hay necesidad de revisar e invertir en las ciudades y en las escuelas en la cultura de participación pues ésta no ocurre naturalmente pero es un proceso orgánico y continuo de estímulo a la participación ciudadana. Las reformas de Estado implementadas en las últimas décadas, que incluían la descentralización de la administración pública y, en ésta, la municipalización de la enseñanza, exigen la capacidad de movilización y organización de la población en el sentido de participar de la gestión pública y escolar efectiva y continuamente, para que pueda ocurrir lo que Ferreira (2005) sugiere: que la intervención en el espacio público pueda volverse la condición para el desarrollo de las sociedades democráticas.

Retomando a Maccariello (2008), los cambios del mundo actual requieren que la escuela repense las acciones dirigidas a reconstruir el proceso pedagógico frente a las realidades altamente desafiantes y complejas, o sea, pasar de una escuela centrada en los principios del iluminismo, en el cual la escuela era vista como una vía de ascenso social, a una escuela que necesita responder, críticamente, a los desafíos de la actual fase del capitalismo global. Con avances tecnológicos y científicos increíbles pero, igualmente, con increíbles procesos de exclusión, violencia y desigualdad principalmente para aquellos y aquellas que tienen en la escuela una de las únicas armas para la transformación de su vida.

Si la escuela pública, tanto estatal como municipal, se propone formar realmente para la ciudadanía plena, activa, debe revisar su papel y emprender esfuerzos para la transformación. Debe tener como objetivo la formación política para niños y niñas, funcionarios, profesores/as, padres y madres y para la comunidad en general. Contemplará en su proyecto político pedagógico los derechos humanos y el tema de género, invirtiendo en la ciudadanía política para ambos sexos. Si continúa el círculo vicioso que todavía no se ha roto, probablemente, estaremos inaugurando un *despotismo o coronelismo del siglo XXI*, bajo el manto de la democracia, todavía estaremos siendo conniventes con una educación que discrimina, inferioriza y contribuye a la violencia y a la intolerancia.

- Brasil. (2000). *Constituições da República Federativa do Brasil e do Estado de São Paulo. Declaração universal dos direitos humanos*. São Paulo: Imprensa Oficial.
- Brasil. (2000). "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996". In: Cury, C. R. J. *Legislação educacional brasileira*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Ferreira, P. M. (2005). *Os jovens e a cidadania política e social na Europa*. Lisboa/Portugal, p. 21. Mimeo.
- Gaddoti, M. (2001). *Dimensão política do projeto pedagógico*. SEED/MG.
- Benevides, M. V. (1997). Cidadania e Direitos Humanos. Palestra proferida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Projeto Cátedra UNESCO/USP, p. 4mimeo.
- Mosca, J. J. & Aguirre, L. P. (1990). *Direitos Humanos - Pautas para Uma Educação Libertadora*. Petrópolis: Vozes, p.25.
- Giddens, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- Brabo, T. S. A. M. (2005). *Cidadania da mulher professora*. São Paulo; Ícone.
- Blay, E. A. (1998). "A participação das mulheres na redemocratização do Brasil". In: Fleischer, D. (org.). (1988). *Da Distensão à Abertura – As eleições de 1982*. Brasília. Editora Universidade de Brasília.
- Gentili, P. A. A. & Silva, T. T. (1999). *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Petrópolis/RJ: Vozes, p.121.
- Frigotto, G. (1999). "Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática". In: Gentili, P. A. A. & Silva, T. T. *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Petrópolis/RJ: Vozes, p.85.
- São Paulo (Estado) Secretaria de Estado da Educação. (1998). *Normas Regimentais Básicas para as escolas estaduais*. São Paulo: SE.
- Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. V.10, Brasília: MEC; SEF.
- Vianna, C. P. & Unbehaum, S. (2004). "Gênero e políticas de educação: impasses e desafios para a legislação educacional brasileira". In: Silveira, M. L. & Godinho, T. (orgs.). *Educar para a igualdade: gênero e educação escolar*. Coordenadoria Especial da Mulher/Secretaria Municipal de Educação. Prefeitura de São Paulo: São Paulo, p. 39.
- Coraggio, J. L. (1992). "Las dos corrientes de Descentralización en América Latina". In: *Contexto & Educação*, Editora UNIJUÍ, Nº 25, jan./mar., p. 52.
- Apple, M. W. (1999). "O que os pós-modernistas esquecem: capital cultural e conhecimento oficial". In: Gentili, P. A. A. & Silva, T. T. (1999). *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.185.
- Oliveira, R. P. (1997). "A municipalização do ensino no Brasil". In: Oliveira, D. A. (org.). (1997). *Gestão Democrática da Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Maccariello, M. Do C. (2008). "A construção coletiva da escola: consciência, representação e prática social". In: Grinspun, M. P. S. Z. (2008). (org.) *Supervisão e orientação educacional: perspectivas de integração na escola*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, pp. 31-68.

Diálogo del conocimiento

La preocupación por la educación política escolar es tan antigua como la escuela misma. Padres de familia, Estado, organizaciones, gremios y funcionarios han demandado de ella modelos de ciudadanía, es decir, se han interesado por estipular el desarrollo en los estudiantes en cuanto a valores, comportamientos y actitudes ajustados a determinados parámetros. Ciudadanos creyentes, ciudadanos obedientes, ciudadanos patriotas, ciudadanos laboriosos o ciudadanos competentes, por mencionar algunos, han sido modelos de formación de jalonaron en el pasado (y en el presente) las lógicas de educación política escolar, modelos que cambian de acuerdo a los contextos históricos, las políticas educativas, los grupos que imponen significados y los escenarios en los que se materializa.

Como toda construcción social, la ciudadanía misma y la ciudadanía escolar en particular, es un concepto que cambia de connotación y es un concepto en disputa, en esta tensión es evidente la posición de grupos hegemónicos y Estados por asimilarla a consumo, aceptación del orden establecido, emprendimiento, competencias y prácticas virtuosas individuales, pero también son visibles las propuestas alternativas que quieren entenderla como construcción colectiva, participación democrática y compromiso con los derechos humanos. Este último sentido parece alimentar la reflexión de Tânia Antonelli, al vincularla además a la perspectiva de género y a la lucha por la ampliación de derechos.

En su escrito, esta autora profundiza en el horizonte de la formación política en la escuela a partir de la experiencia en su país, menciona que cualquier intención educativa sobre este aspecto cae en saco roto sin una práctica cotidiana y concreta en la que los y las estudiantes se vean involucrados, especialmente en lo concerniente a la educación que se pregunta por el lugar de la mujer. En tal sentido, el principal aporte del escrito es articular esta demanda a la historia de la lucha feminista de las últimas décadas en su país y plantear que a la vez que se dan unas importantes conquistas quedan pendientes aspectos neurales de esta deuda social. Riqueza y profundidad que quedan apenas esbozados en el tema de los derechos humanos, campo sensible y descuidado de la formación política en la escuela a nivel latinoamericano.

Como lo hace Tânia, es clave identificar también el rol que tienen los movimientos sociales no solo en la democratización de la sociedad sino en el lugar que pueden ocupar en la formación ciudadana escolar, pues ellos hacen evidente que la democratización de la escuela tiene que ver con la democratización de la sociedad. Cualquier esfuerzo que apunte a desarrollar iniciativas que dignifiquen la vida de los sujetos en el aula o que procure su bienestar en ella sin que contemple a la vez las condiciones sociales en las que la escuela como institución se inserta puede ser ingenuo, ineficaz y nocivo en tanto genera la ilusión de que las transformaciones sociales y estructurales no son posibles ni necesarias ya que basta con pequeños cambios y microrrealizaciones. La lucha por una ciudadanía democrática en la escuela y fuera de ella es también la lucha por una sociedad cualitativamente distinta a la capitalista y neoliberal.

Si bien la escuela, como esfera social, tiene la capacidad de generar su propia dinámica, es permeable a lo que sucede en su entorno. La pobreza, la violencia, la desigualdad, el autoritarismo, el machismo o la intolerancia pueden hacer parte de los aprendizajes previos de los estudiantes, pero al contrario, también el diálogo, el manejo del conflicto, la solidaridad, la crítica, la participación podrían ser aspectos que niños y niñas perciben en los medios de comunicación, la política, la familia, el barrio y que por tanto “llevarían” a la escuela como parte de su socialización. En suma, la realidad social interactúa con la formación escolar en forma creciente, máxime cuando estos tiempos que corren identifican a la escuela como un escenario débil frente a la importancia dada a otros espacios de socialización.

Finalmente, la autora afirma que conviven en las escuelas el ideal de democracia y el proyecto neoliberal en curso, pero no es claro si esta es una constatación empírica fruto de su investigación o un sino trágico, nos queda debiendo el desarrollo de esta idea; además, en su conclusión cae en la trampa de caer en el lugar común de declinar al proyecto iluminista por defender una necesaria formación política, como si ésta se redujera a un voluntarismo propio de la moral y no requiera conocimiento, reflexión, argumentos, análisis y estudio. Elementos que no obstan para relieves su escrito y considerarlo un valioso aporte para quienes andamos interesados en rastrear lo que se produce sobre la formación política escolar.

Diego H. Arias Gómez